

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembly

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 26 DE ABRIL DE 2021

NÚMERO 7.836

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL PL
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB PR
Dr. Vicente Caropreso
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

DIRETORIA LEGISLATIVA Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa. Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE  Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS	ÍNDICE ATAS..... 2 ATAS DE PLENÁRIO2 ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES21 ATOS DA MESA 29 ATO DA PRESIDÊNCIA DL29 PUBLICAÇÕES DIVERSAS . 29 ERRATA.....29 LEI30 PORTARIAS30
---	--	---

A T A S

ATAS DE PLENÁRIO

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto – Jean Kuhlmann - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Nilso Berlanda

Deputado Kennedy Nunes

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Inicia se manifestando a respeito das questões que envolvem o leilão da Petrobrás, do petróleo e do gás. Comenta sobre o anúncio da décima sétima rodada de licitações do

petróleo e gás natural da ANP, que envolvem as bacias Potiguar, no Nordeste do país, e Pelotas, localizada no sul do país. Expressa que considera um crime contra o povo, a natureza e a economia de Santa Catarina e do Brasil. Acrescenta que essa rodada é parte do leilão de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, previsto para ser realizado no dia 07 de outubro de 2021. Comenta também que a principal questão não envolve somente a exploração desses recursos, mas sim no que cerca todo esse processo.

Pontua que, gradativamente, o setor de pesca industrial e artesanal será afetado negativamente, e estima-se que esses setores percam de 15 a 20% da produção. Informa que essa deve ser uma das preocupações do setor de pesca, não apenas do Estado de Santa Catarina, o qual se destaca como um dos maiores produtores do país, como em todo o Brasil. Alerta sobre a necessidade de preocupar-se com as possíveis consequências causadas pelo impacto desse leilão, gerando riscos ao setor turístico e perda de 400 a 500 mil empregos, apenas no estado de Santa Catarina.

Informa que a bacia Potiguar envolve estações fundamentais de reprodução marinha, bem como os impactos causados à bacia pelotense podem ocasionar acidentes marítimos no território catarinense, havendo risco de impactar em regiões próximas. Alerta também que, em hipótese de vazamento, o óleo pode ultrapassar os limites das águas jurisdicionais brasileiras, com possibilidade de atingir a Costa do Uruguai. Comunica que, com base nessa e outras questões, o Instituto Arayara ajuizou no dia 26 de março de 2021, duas ações públicas pela cautelar de tutela provisória de urgência, e solicitando a suspensão do leilão de blocos. Acrescenta que as ações das Varas federais em Pernambuco e da sexta Vara de Florianópolis foram apresentadas em conjunto com o Observatório do Petróleo e Gás, com apoio da COESUS e do Observatório do Clima.

Menciona que o relatório técnico sobre os impactos ambientais, sociais e legais da décima sétima rodada de licitações, apresentado pelo instituto e seus parceiros, indicam que não existem estudos ou simulações em casos de acidentes durante a exploração do petróleo nesses locais. Informa que a Agência Nacional do Petróleo substituiu estudos ambientais aprofundados e criteriosos devido à manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente. Expressa sua indignação em relação a esses ministérios por darem amparo a essa situação e se posicionarem contra o meio ambiente. Alega que esse processo será acompanhado de perto, para que seja possível impedir, de todas as formas, que isso venha a acontecer. Enfatiza que a situação é inadmissível, e de nada adianta comentar sobre desastres ambientais, quando não há atitudes coerentes com a manutenção da vida e do meio ambiente.

[Taquigrafia: Northon]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Informa que o Governo do Estado, através da Fundação Catarinense de Educação Especial, tem firmado convênios com as APAEs e instituições congêneres, os quais tinham a finalidade apenas de ceder professores e outros profissionais para essas instituições. Comenta que, nos últimos anos, o Governo do Estado, por meio da Fundação, passou a oferecer outros modelos de convênios, um deles mantinha a cedência de profissionais, e o outro, denominado MRD - Modelo de Repasse Direto, repassava valores financeiros para a contratação de professores e demais profissionais.

Comenta que posteriormente surgiu um sistema misto, que mesclava as características dos modelos mencionados anteriormente. Acrescenta que, como já havia sido previsto, com a evolução e o aumento de APAEs e instituições que aderiram ao sistema MRD puro ou misto, poderiam ocorrer alguns problemas. Informa que, nas APAEs, professores efetivos da fundação, que estão ou estavam em cessão para as APAEs e outras instituições, que optaram pelo modelo de repasse direto, não desejam mais os serviços prestados por esses professores, o que fez com que esses profissionais precisassem exercer sua atividade profissional em outro local. Entretanto o Estatuto e o plano de carreira do Magistério garantem que o Estado faça com que o professor seja transferido para outra APAE ou instituição congênere, obedecendo o limite máximo de 20 quilômetros de distância entre uma unidade e outra. Informa que onde existe essa possibilidade, mesmo que com eventuais discordâncias, os professores devem exercer sua atividade em APAE ou instituição congênere conveniada, no entanto, havendo distância superior a 20 quilômetros, os profissionais da educação

podem requerer o direito de ser colocado em atribuição de exercício, sem que haja prejuízo de remuneração, ou seja, podem requerer exercer uma função administrativa ao invés de sua atividade em sala de aula.

Cita que uma das alternativas propostas, a qual já estava em discussão na Secretaria de Estado da Educação, é de encontrar um caminho legalmente viável, onde esses profissionais possam exercer atividade em sala de aula, em uma escola da rede regular de educação. Acrescenta que atualmente existem divergências acerca dessa proposta, e que a Fundação e a Secretaria de Estado da Educação estavam se reunindo para chegar a um entendimento do que poderia ser feito para conseguir essa viabilidade jurídica, entretanto, sabe-se que esse trabalho foi paralisado, em decorrência das constantes mudanças no Governo do Estado.

Enfatiza que os professores apresentam interesse nessa medida legal, pois desejam continuar em sala de aula, sem ter que abrir mão de seu direito de não se locomover mais do que 20 quilômetros para o exercício da profissão, e não desejam exercer funções administrativas. Solicita que a Fundação Catarinense de Educação Especial e a Secretaria de Estado de Educação viabilizem essa alternativa legal, preocupando-se em resolver efetivamente essa situação, que está trazendo transtornos aos estudantes e seus familiares, e, sobretudo, aos professores da rede de educação especial. Deixa seu pedido, com o objetivo de que os professores afetados com essa situação possam ser tranquilizados. Ressalta que sempre foi contrária ao MRD, pois acredita que o professor se torna uma moeda de troca, onde carreira e projetos pedagógicos são invisibilizados, não havendo critérios para a contratação desses profissionais.

Conta que recebeu uma solicitação do Conselho Estadual de Educação para que fosse viabilizado um livro que trouxesse a memória das escolas centenárias, a qual está se perdendo. Comenta sobre uma obra feita com o apoio da Assembleia Legislativa, através do seu presidente à época, Deputado Julio Garcia, que viabilizou esse projeto, juntamente ao Conselho Estadual de Educação, que foi o proponente. Informa que são escolas centenárias, onde é possível verificar que o material foi feito com qualidade. Comenta que teve o prazer de deixar os registros, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e que os Deputados membros da comissão já haviam recebido, e nesse momento fará a entrega aos demais colegas Deputados. Destaca que são 46 escolas, de 18 municípios catarinenses, nos quais houve a confirmação de que havia escolas centenárias, dando destaque a 2 escolas de Brusque, 5 escolas de São Bento do Sul, 4 em Blumenau, 6 em Florianópolis, 2 em Tubarão, 3 em Lajes, 11 em Jaraguá do Sul, 1 em Mafra, 2 em Joinville, 1 em São Francisco do Sul, 2 em Laguna, 1 em Schroeder, 1 em Itajaí, 1 em São Ludgero, 1 em Rio do Sul, 1 em Porto União, 1 em Sombrio e 1 em Araranguá. Constata que nenhuma cidade do oeste está presente na lista, pois se desenvolveu depois do restante do Estado, ou seja, a educação também chegou tarde nesta região.

Agradece a Alesc pelo trabalho realizado, a assessoria de Comunicação e Mesa Diretora que autorizou junto ao Presidente. Finaliza, dizendo que essa obra será enviada às escolas citadas anteriormente, a todas as escolas da rede pública estadual, às escolas municipais e privadas contempladas com seus relatos, e para todas as bibliotecas das universidades públicas e privadas do Estado de Santa Catarina. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Comenta que é a favor e defensor da liberdade de expressão e as liberdades individuais da pessoa, o que inclui o direito do indivíduo ser gay, trans, ou o que decidir ser e fazer da sua vida, desde que não interfira na vida e na liberdade do próximo. Prossegue, comentando que não é isso que o ativismo do "coitadismo" faz. Afirma que o movimento tenta forçar as pessoas a aceitarem suas ideologias, iniciando ainda nas escolas, onde professores doutrinam e militam dentro das salas de aula, influenciando futuros professores, jornalistas, advogados e outros profissionais a ter as mesmas atitudes.

Informa que, no dia 12 de abril de 2021, no site do TJ, houve uma decisão inédita no Brasil, onde a justiça de Santa Catarina reconheceu o direito do indivíduo declarar-se como gênero neutro. Conta que as argumentações para reconhecimento desse processo foram através de argumentações jurídicas, com base em dados históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, biológicos, psicanalíticos e psicológicos, mas esqueceram de mencionar o principal deles, o ideológico. Diz que essa situação o irrita e também abre precedentes, sem mencionar a destruição da família, que considera o principal objetivo dessas pessoas.

Referente aos privilégios de classe, teme que em breve esses indivíduos solicitem privilégios sociais, como banheiros neutros, leis que os favoreçam, cotas para neutros e pronome neutro, onde entra a questão do analfabetismo. Comenta que o pronome neutro não se refere a palavra “todos”, mas sim “todes”. Exibe vídeo no telão para embasar seu discurso. Em seguida, exibe outro vídeo onde um estudante discute com um professor após o uso do pronome neutro, questionando se isso existe na gramática brasileira. Na sequência, outro áudio, onde uma canção é executada com o uso do pronome neutro também. Prossegue, falando que os vídeos dão vontade de rir, entretanto é uma situação triste, expressando sua revolta com o uso do pronome neutro imposto por esses indivíduos, pois não contempla a todos.

Comenta que, por esses ainda não terem decidido o que gostam, tentam impor essa ideologia destruidora de famílias nas demais pessoas. Alerta também que apesar de parecer piada, a situação tem se tornado mais séria, pois professores de escolas e universidades têm aderido ao uso do pronome neutro, e que, a partir do momento em que a justiça define que é permitido declarar-se como gênero neutro, podem surgir leis e direitos que favoreçam esses indivíduos. Expressa que é preciso tomar uma atitude que não permita que esse tipo de situação aconteça, pois um dia estudantes podem aderir ao pronome neutro nas escolas.

Por fim, apresenta seu Projeto de Lei Nº0356.4/20, que proíbe esse ‘dialeto’ no Estado de Santa Catarina, desejando que seja bem sucedido, para que, no futuro, não se lamente o fato de que o pronome neutro se instituiu no Estado e no Brasil. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) – Comenta que a Casa aprovou, na semana anterior, projeto de lei que autoriza o Governo estadual a investir R\$ 800 milhões em rodovias federais, argumentando que isso é obrigação do Governo Federal. Ressalta ser importante frisar que 58% dos tributos arrecadados no País ficam em Brasília, sendo que 25% vêm para os Estados e 18% vão para os Municípios. Destaca que as rodovias federais são responsabilidade da administração federal, criticando o Governo catarinense por assumir a função, mostrando a incompetência do Governo Federal e o descaso para com Santa Catarina, que agora vai cobrir gastos que não são de sua alçada.

Questiona onde estão os investimentos para os catarinenses. Diz que o grande erro estadual é não priorizar e investir no Estado catarinense, citando como exemplo as rodovias estaduais, que estão em péssimas condições, sem manutenção há anos, e a população clamando por melhorias. Portanto, reafirma que é triste no momento viver algo jamais visto no Brasil, o Poder Executivo estadual ter que socorrer financeiramente o Governo Federal.

Por fim, espera que logo termine o legado deste Presidente, e que se viva novos tempos no Brasil. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) – Informa que é liberal e cristão, destacando que a liberdade religiosa é sem dúvida um dos pilares da própria liberdade. Discorda da decisão do STF que proíbe os cultos e missas presenciais durante a fase crítica da Pandemia, afirmando que, atualmente, no Brasil, a liberdade de crer, ter uma fé, está sendo corrompida e perseguida. Cita que alguns gestores públicos brasileiros estão julgando a partir de suas próprias perspectivas, se tornando incapazes de compreender o que é valioso para os outros e para o próximo. Manifesta-se contra o fechamento das igrejas, demonstrando indignação com o preconceito em relação aos cristãos que, encontrando alguém com poder, se torna perigoso, e a pandemia tornou absoluto o poder de alguns preconceituosos.

Frisa que o Estado não pode usar a sua força estatal para impedir os que crêem e os devotos de proferirem a sua fé. Lembra que, desde a Constituição de 1891, somos um Estado laico. Encerra, salientando que infelizmente, devido à pandemia ou por perspectivas pessoais, a liberdade religiosa está sendo cerceada, e ressalta que aqueles que encontram na fé o seu alento devem ser respeitados, pelo que considera os templos como essenciais.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) – Considera tal atitude como ativismo de alguns governantes que são contra a liberdade, não respeitam a vida e torcem para que pessoas morram, culpando injustamente o Presidente. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) – Cita que 45 mil empregos já foram perdidos, e quase 30% dos bares e restaurantes fecharam. Diz estar cansado de andar por Florianópolis, pelas cidades que visita, e ver tudo fechado, muitos pontos comerciais com placa para alugar. Destaca que o setor de bares e restaurantes está sendo vítima de um *lockdown* velado, não está tendo suas reivindicações ouvidas pelas autoridades estaduais. Apela veementemente a Governadora Daniela Reinehr e a Secretaria da Saúde para terem diálogo com os empresários em questão, pois são os que mais estão sofrendo com a pandemia. Comenta que os mesmos não estão podendo faturar, vender e sobreviver juntamente com os seus empregados, por conta das medidas restritivas impostas, que muitas vezes não fazem sentido, além da maior carga tributária do país.

Conclui, reiterando a necessidade desses empreendedores reativarem as suas empresas, pois precisam continuar dando empregos, e têm propostas que precisam ser ouvidas e atendidas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSL

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Reporta-se ao PL n. 95, de março de 2020, de sua autoria, que trata sobre a disponibilidade de profissional de fisioterapia por 24 horas para cada dez leitos de hospitais e clínicas catarinenses, destacando a importância do profissional na recuperação respiratória dos pacientes nos leitos de UTI Covid, principalmente no atual cenário da pandemia. Faz esclarecimentos relevantes a respeito do projeto de lei, como o porquê da presença nos hospitais e clínicas durante 24 horas, sendo que atualmente são 18 horas e, portanto, levará a uma readequação nos horários desses profissionais nas instituições hospitalares.

Exibe no telão do Plenário uma pesquisa realizada no Hospital da USP, em que mostra a avaliação de dados em 500 pacientes durante o período de seis meses, com a presença da fisioterapia 24 horas, e se obteve uma redução de 40% no tempo de internação, o que consequentemente reduziu o tempo de permanência na UTI e, obviamente, economia para os hospitais e clínicas que possuem o referido profissional, bem como a melhoria da saúde do paciente.

Por isso, pede aos Deputados que integram a comissão de Finanças e Tributação que reconheçam a importância de se ter o profissional de fisioterapia 24 horas nos leitos de UTI, pois gerará economia para o hospital, bem como para o Estado de Santa Catarina, pois já é uma prática em outros Estados da Federação.

Também, expõe seu sentimento de indignação com o Governo do Estado e o COES em relação à proibição de práticas esportivas no Estado, pois a Ciência recomenda atividades físicas. Ao mesmo tempo, fala da economia que gira em torno das práticas esportivas e, assim, defende a volta das atividades esportivas com regramentos sanitários e medidas protocolares.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) - Corrobora a fala do Deputado, e pede permissão para exibir vídeo mostrando o que pode e o que não pode no Estado com as medidas restritivas, como ônibus que continuam lotados, além das festas clandestinas que acontecem, enquanto os jogos de esporte coletivo, como o futebol de salão não pode. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comenta sobre a instalação da Frente Parlamentar de Acompanhamento de Dados dos Óbitos por Covid-19 em Santa Catarina, que atenderá especialmente as famílias que têm alguma dúvida relacionada ao diagnóstico, ao tratamento que foi dado e o atestado de óbito. A referida Frente Parlamentar fará o acompanhamento, acionará a unidade em que se deu o fato para trazer informações e tirar as dúvidas, e se for constatado algo errôneo, instantaneamente far-se-á o encaminhamento para os conselhos responsáveis.

Cita os gastos que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm na formação de pilotos das referidas corporações, que são de R\$ 420 mil e R\$ 56 mil respectivamente. Salienta que não há necessidade desse custo, pois existem 17 praças habilitados que possuem brevês, mas que não podem pilotar as aeronaves militares.

Faz menção aos atos do Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, solicitando à Governadora que faça algo para salvar a história da Polícia Militar catarinense, ao se referir sobre alguns episódios feitos pelo comandante, entre os quais a prática de crime eleitoral. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) – Comunica que se iniciou, no dia anterior, a campanha de vacinação contra a gripe, e salienta a importância da referida campanha para evitar mais casos de doenças. E comenta algumas alterações que aconteceram para evitar aglomerações de pessoas. Enfatiza a importância da imunização contra a gripe, tendo em vista a lotação nos leitos de UTI por conta da Covid-19, podendo evitar uma possível sobrecarga nos sistemas de saúde.

Lamenta a queda de aproximadamente 20% da produção de milho em Santa Catarina, causada pela estiagem, resultando aos produtores uma perda de 800 mil toneladas de milho. Além da estiagem, o Deputado comenta que os produtores também foram surpreendidos pela praga cigarrinha do milho. Relata que, no início de março, encaminhou um pedido à Secretaria de Estado da Agricultura para a criação de um programa de auxílio aos agricultores para evitar a proliferação da praga, e ao fim de março, sugeriu a criação de uma linha de crédito para auxiliar os agricultores afetados pela praga. Acrescenta que a Epagri já disponibilizou seus técnicos para fazer os laudos e encaminhar aos bancos, mas lamenta que o seguro agrícola cubra apenas perdas causadas pela estiagem, deixando de fora perdas causadas aos afetados pela seca e pela cigarrinha.

Apela ao Governo do Estado e ao secretário da Agricultura, Deputado Altair Silva, para que crie linhas de créditos para auxiliar os agricultores catarinenses. *[Taquígrafia: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0080/2019, 0249/2020, 0359/2020, 0374/2019, 0411/2017 e 0517/2019.

Pedido de Informação n. 0250/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Defesa Civil, informações acerca dos Municípios que homologaram Decretos Municipais de estado de emergência ou calamidade pública em consequência de estiagem, de janeiro de 2020 até o presente momento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0251/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do atendimento on-line por parte da Agência Regional da Celesc, situada na Alameda Duque de Caxias, Município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0252/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do projeto de reforma da SC-283, trecho entre Águas de Chapecó e Palmitos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0253/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da existência de projeto de pavimentação do trecho da rodovia que liga os Municípios de Guatambu e Caxambu do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0254/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, informações acerca do processo licitatório para revitalização da Rodovia SC-443, que interliga o Centro do Município de Sangão à BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0252/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e ao Ministro de Estado da Infraestrutura, pela realização da pavimentação asfáltica da BR/SC 477, trecho que liga Papanduva a Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0253/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando a Presidente da Associação Bombeiros Voluntários de Navegantes, pelos 20 anos de fundação da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0254/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta, apelando a Governadora do Estado, pela efetividade e aplicabilidade da Lei nº 17.941 de 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0255/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, cumprimentando o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS de Criciúma - GAPAC, pela passagem dos 27 anos de fundação

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0256/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando a Rádio CBN Diário, pelos seus 25 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0500/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do formulário denominado "Termo de Recusa de Vacinação" encaminhado aos policiais-militares do Estado via e-mail.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0494/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0495/2021, 0496/2021, 0497/2021, 0498/2021 e 0499/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0501/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0502/2021, 0503/2021, 0504/2021 e 0528/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0505/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0506/2021, 0507/2021, 0508/2021, 0509/2021, 0510/2021 e 0511/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; e 0512/2021, de autoria da Deputada Paulinha.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0713/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0714/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler; 0715/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0716/2021, 0717/2021, 0718/2021 e 0719/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0720/2021, 0721/2021, 0723/2021, 0724/2021, 0725/2021, 0726/2021, 0728/2021, 0730/2021, 0731/2021, 0732/2021, 0733/2021, 0745/2021 e 0746/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0729/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper; 0734/2021 e 0735/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0736/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0737/2021, 0738/2021 e 0739/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 0740/2021 e 0742/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca; 0741/2021, 0743/2021 e 0744/2021, de autoria do Deputado Sergio Motta. *[Transcrição: Taquígrafa Sara]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) – Comenta que está acompanhando a situação dos pescadores artesanais que reclamaram do corte significativo da licença para pesca de tainha em Santa Catarina, diminuindo 50% em relação ao ano interior, e limitando a 6 toneladas de peixe por embarcação, causando um grande impacto financeiro a toda a categoria de pescadores artesanais de tainha. Informa que os pescadores estão dispostos a ceder embarcações para realizar estudos aprofundados acerca da pesca da tainha.

Em relação ao Centro de Eventos de Blumenau, o Deputado informa que os recursos não foram liberados e, com isso, foi atrás de informações para analisar o papel da Prefeitura de Blumenau e do Governo do Estado nesse

episódio. Comenta que em março de 2020 a Prefeitura de Blumenau encaminhou para o Governo do Estado o projeto da construção do Centro de Eventos de Blumenau; em junho de 2020, o prefeito da cidade entregou pessoalmente o mesmo projeto ao Governador Carlos Moisés, além da imprensa ter noticiado que o governo havia recebido o projeto; e em fevereiro do atual ano, a prefeitura entregou todos os documentos e segue aguardando a verba para iniciar as obras.

Deixa claro que a Prefeitura de Blumenau já fez a sua parte, e resta ao Governo do Estado cumprir a sua, e realizar o pagamento. Acrescenta que continuará cobrando a liberação dos R\$ 28 milhões destinados ao tão aguardado Centro de Convenções de Blumenau.

Deputado Felipe Estevão (Aparteante) – Parabeniza o Deputado por abordar o assunto referente aos pescadores de tainha. Comenta que a Comissão da Pesca fará um debate sobre a limitação imposta. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) – Dá continuidade ao horário reservado à Explicação Pessoal e concede a palavra ao Deputado Marcius Machado.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Fala sobre a Medida Provisória que tramita na Casa sobre os R\$ 250 milhões que serão destinados aos MEIs, subsidiado pelo Governo do Estado. Comenta sobre a burocracia de documentos necessários para realizar empréstimo no site do Badesc e lembra que muitas destas empresas não conseguiram realizar o cadastro.

Pede a desburocratização para os empresários catarinenses, e diz que a forma deve ser justa e simples, para que os mesmos possam dar continuidade neste momento de crise, mantendo os empregos. Entende que, nos últimos 12 meses, empresas que já receberam os valores do Badesc ou BRDE, não devem receber novamente neste ano de 2021, pois é necessário ampliar para os demais empresários. Cita dados do SEBRAE, de 2019, de que Santa Catarina tem 317 mil empresas, no qual apenas 2500 serão beneficiadas pelo subsídio. Pede que se tenha mais equilíbrio no trato do dinheiro público.

Registra que, na presente data, passou pela Comissão de Constituição e Justiça a derrubada do veto de projeto de sua autoria, com o Deputado Sargento Lima, que fixa em até 70% a tarifa de esgoto, e pede aos colegas que derrubem este veto que prejudicou muitas pessoas.

Agradece ao Deputado José Milton pela sensibilidade e pelo entendimento em relação ao seu projeto que retira a exigência das certidões relacionadas aos hospitais filantrópicos no período de pandemia, e pede que a sua tramitação seja rápida nas demais comissões. Comenta de sua reunião com a Secretária Carmem Zanotto, onde discutiram o pagamento de leitos a hospitais que já estão atuando contra a Covid como prioridade, trazendo assim um alívio a toda população catarinense. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) – Comenta sobre o início dos diálogos com o Governo Federal a respeito da súbita limitação da pesca da tainha. Reforça que como Presidente da Comissão da Pesca nesta Casa, recebeu várias mensagens questionando a limitação, de vários pescadores que investiram, e agora estão preocupados com esta situação. Questiona a ação do Governo Federal e diz que a pesca no Estado fomenta a economia, é artesanal e não predatória.

Fala do roteiro de visitas ao meio-oeste, apresentando imagens, e agradece aos demais Prefeitos da região. Pontua as várias necessidades apresentadas nas regiões visitadas e mostra novas imagens no telão do Plenário de ambulâncias sucateadas. Faz um apelo a Secretária Carmem Zanotto que olhe para essas regiões que necessitam de suporte para a saúde. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

— * * * —

**ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL**

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza- Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto - Jean Kuhlmann - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba– Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA(Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Inicia comentando que vai falar de obras de Santa Catarina que estão dando certo, citando o Projeto Eixo K, em Joinville, pequeno trajeto de 1,5 Km, que vai mudar a realidade da cidade, e vai ajudar mais ainda no seu funcionamento. Cita que o projeto interliga a rodovia Hans Dieter Schmidt, conhecido como o eixo industrial, que são 1.500 metros de obra, sendo que a Acij, Associação Comercial e Industrial de Joinville, financiou a realização do mesmo. Informa que a área concentra um tráfego de 4% do PIB do Estado, o que aumenta a capacidade de logística e movimentação de cargas em 30%. Apresenta fotos para que seja visualizado o tamanho do trabalho realizado.

Destaca a importância das Feiras Industriais e Comerciais que eram realizadas em Joinville, e que agora, com a pandemia, não ocorreram mais, salientando que as mesmas, com suas vendas, movimentam milhões para o Município e o Estado catarinense. Enumera as várias instituições que participam dos eventos como: Intermach, Interplast, Fenahabit, demonstrando que são recursos que deixam de ser comercializados para o Estado e Brasil. Por isso, solicita à Governadora Daniela Reinehr que, nos próximos decretos, seja avaliada a flexibilização para realização desses importantes eventos. Justifica que todos os protocolos da Vigilância Sanitária são respeitados com segurança para evitar o contágio da Covid-19.

Completa, concluindo que são recursos importantes, são empregos, milhões que deixam de entrar nos cofres da cidade de Joinville, Santa Catarina e Brasil, e que vão fazer falta no futuro. Alerta que não se pode perder o vínculo com outros Estados brasileiros e outros países. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) – Critica a forma de agir dos sindicatos no Brasil, citando o Sintrasem - Sindicato no Serviço Público Municipal de Florianópolis, que deflagrou uma greve no serviço público de educação, prejudicando justamente os mais pobres. Também demonstra indignação com o Poder Judiciário, que declarou a greve legal.

Diz que a história dos sindicatos, de luta de classes, é coisa do passado, pois atualmente não defendem isso, e também não defendem a educação. Destaca que no Brasil o sindicalista tem vida boa e fácil, podem fazer greve quando querem e, no final, os gestores públicos sentam à mesa com os grevistas e sindicalistas para negociação até a próxima paralisação. Cobra veementemente da Câmara dos Deputados legislação própria sobre o direito do funcionário público fazer greve, pois é necessário e urgente haver limites definidos em lei específica. Informa que não existe regulamentação sobre o direito de greve para servidores públicos.

Acrescenta que, no Brasil, equivocadamente, os grevistas e os sindicatos são romantizados como paladinos que lutam contra a exploração, e declara que é preciso ser mais cético com relação a esses movimentos, pois alguns até são legais, entretanto outros são imorais, como o que está ocorrendo em Floripa, com milhares de alunos sem aulas, principalmente os mais carentes. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Informa que recebeu diversas mensagens, questionando acerca da notícia de que a volta do Governador estava garantida, pois a Procuradoria Geral da República mandou arquivar a investigação sobre ele. Comenta que buscou se atualizar sobre os fatos, e se achou na obrigação de explicar a quem conhece o seu trabalho, de isenção, de alguém que já trabalhou da CPI e mergulhou no processo dos respiradores, que já participou de um tribunal misto de julgamento, que já foi escolhido, através de sorteio, relator do outro.

Registra que sempre foi oposição ao Governador, e agora, na interinidade da vice-Governadora, continua isento, pois para ele todos pertencem ao mesmo grupo que venceu na eleição passada. Pontua que é preciso colocar algumas coisas bem claras: crime de responsabilidade não é igual a crime comum, dando o exemplo do ex-presidente Fernando Collor, impichado, e foi inocentado anos depois. Questiona se lembram da ex-Presidente Dilma Rousseff, também impichada, e anos depois, inocentada do crime de responsabilidade. Explica que crime de responsabilidade não é crime comum, e segue falando sobre o Código de Processo Penal, que é a bússola regimental do processo, não é aplicado no crime de responsabilidade, porque se um cidadão for impichado por esse motivo, ele continua com todos os seus direitos civis, perdendo apenas os seus direitos políticos. Sendo assim, o crime de responsabilidade é direito político, não é direito civil. Comenta que Dilma e Collor foram impichados e impedidos de participar de eleições, porém continuaram sendo cidadãos comuns.

Esclarece que a Procuradoria Geral da República fala, e o Ministério Público de Santa Catarina e a Polícia Federal também falaram, da participação do Governador no caso do roubo dos R\$ 33 milhões. Prossegue, falando que os membros da CPI nunca falaram da participação do Governador, e sim da responsabilidade, e os Desembargadores votantes no dia falaram da responsabilidade e da omissão, o que, no seu entendimento, são crimes de responsabilidade. Questiona a todos se entendem a diferença entre participação e responsabilidade, citando que o caso dos R\$ 33 milhões foi uma questão de falta de responsabilidade.

Conta que um comentarista político falou que “a Procuradoria Geral da República disse que o Governador sequer sabia”. Expressa sua indignação em relação a essa fala, pois em uma *live* o Governador falou de pagamento antecipado e correndo o risco de não receber. Assim, após essa fala, indaga como ele não sabia! Considera que um Governador do Estado, que não sabe de uma compra de R\$ 33 milhões, feita em 24 horas, por uma funcionária de terceiro escalão, não merece o posto.

Questiona onde estava o grupo gestor, pois nos governos anteriores, nenhuma compra acima de 50 mil era autorizada sem passar pelo grupo gestor, e acha incoerente que uma funcionária de terceiro escalão faça uma compra no valor de R\$ 33 milhões, sem que o Governador tenha conhecimento. Percebe que o Governador está sendo beatificado por alguns, que dizem que ele não cometeu crime. Entretanto, traz essas informações aos catarinenses para que não se iludam, pois a responsabilidade existe, e por esse motivo o Governador está sendo processado e investigado. Ressalta que responsabilidade não é participação, e quem fala da omissão são os outros julgadores. *[Taquígrafa: Northon]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) – Relata sobre a situação dos moradores do Parque Nacional Serra do Itajaí, na região de Blumenau. Informa que, quando esse parque foi implantado, houve uma grande polêmica, tendo em vista que havia, e ainda há, vários moradores nessa área, em um parque que compreende uma área de 57 mil hectares, passando por 9 municípios do Vale do Itajaí. Acrescenta que, na época, se falou sobre indenização das propriedades, porém, sabe-se que muitas propriedades não foram indenizadas, e que muitos moradores que deixaram o local, ou que ainda residem no parque, apenas querem viver no local que ajudaram a desenvolver. Comenta que o problema é a situação atual, pois colocaram o ICMBio para cuidar do local, instituição responsável por fiscalizar o parque, mas que segundo relatos dos moradores, tem sido muito severo no que se refere a circulação na área.

Reconhece a importância de preservar e proteger a área, mas entende que não se deve negar o acesso às pessoas que desejam aproveitar a natureza, afinal, o parque tem um grande potencial turístico e ecológico, assim como não se deve proibir o acesso dos proprietários dos imóveis ao parque. Informa que os moradores estão reclamando da forma truculenta como têm sido tratados pelo ICMBio. Conta que há notícias de multas até para os moradores do parque, que possuem propriedade consolidada no local antes do parque ser criado. Expressa sua indignação pelas multas que chegam a R\$ 11 mil, sendo aplicadas a moradores que tentam acessar sua moradia no parque.

Menciona que, segundo informações coletadas junto aos moradores do parque, o ICMBio permite acesso somente ao próprio imóvel, não sendo possível visitar vizinhos, sendo passível de multa. Cita que recentemente, um morador do local, que construiu um galinheiro em sua residência, foi multado. Alega que falta bom senso ao ICMBio no que diz respeito à fiscalização, e reafirma que defende a preservação da natureza, porém, proibir e multar o morador que tenta acessar sua própria residência dentro do parque é incoerente, criticando o ICMBio, pois não está mais no governo do PT, e solicita que a instituição pare com o esquerdismo e o “ecochatismo”, que vem causando sofrimento à população do parque. Pede apoio aos demais Parlamentares para aprovar uma moção, apelando ao Governo Federal e ao Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para que seja concedido o trânsito livre aos moradores remanescentes do Parque Nacional da Serra do Itajaí.

Outro assunto que deseja abordar é o número de feminicídios, que vêm acontecendo no Estado de Santa Catarina. Registra que, no primeiro trimestre de 2020, 17 crimes foram classificados como feminicídio, e que no primeiro semestre de 2021, foram 8, sendo que o ideal é 0. Deseja chamar a atenção do Estado para que fortaleça as políticas de proteção à mulher em Santa Catarina. Discorre sobre os abusos que a sociedade comete, desejando que fique o registro para que o Governo do Estado, Governo Federal, municípios e a própria Assembleia Legislativa unam esforços para proteger a vida das mulheres em Santa Catarina, e cessar esse número absurdo de violência contra a mulher. *[Taquígrafia: Northon]*

Deputado Kennedy Nunes – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES – Parabeniza o Deputado Ricardo Alba por falar sobre o feminicídio e acrescenta que isso é consequência da quarentena e pandemia. Outrossim, faz agradecimento ao Deputado Marcius Machado, que conseguiu aprovar por unanimidade o parecer favorável ao projeto na comissão de Trabalho, que possibilita que os praças possam fazer o exercício da sua profissão também como pilotos, conforme a legislação da ANAC. *[Taquígrafa: Sara]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Reporta-se à questão da produção leiteira no Estado catarinense ao se referir às famílias produtoras de leite que, devido ao alto custo, estão sofrendo dificuldades de se manter na atividade, pois estão competindo com outros países que oferecem subsídios aos produtores de leite, o que torna o preço do litro de leite mais barato e, ao mesmo tempo, faz comparativo com preços de produtos da cesta básica. Salienta que têm recebido vários pedidos para tomada de providências a respeito dessa demanda, bem como diz que o Governo Federal não apresentou nenhum programa a esse setor produtivo.

Também, fala dos problemas que a estiagem traz, mais uma vez, na produção de milho e dificuldades na pastagem para as famílias da pecuária leiteira. Assim, entende de suma importância que se faça o armazenamento, o reaproveitamento da água, bem como a fiscalização e regras para aberturas e fechamento de poços artesianos, e cita a necessidade de reduzir a contaminação dos mananciais hídricos.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo tema abordado, relatando estudos realizados sobre a estiagem no oeste catarinense quando era Secretário da Defesa Civil, onde se evidenciou que o Estado

viverá momentos de estiagem severos e, por isso, apresentou projeto de lei de incentivo fiscal para projetos de irrigação, com o objetivo de chamar à atenção do Governo para implantar políticas públicas alternativas à estiagem, salientando que os catarinenses deverão aprender a conviver com esse fenômeno da natureza. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comenta sobre projeto aprovado em dezembro, mas que foi vetado pelo Governo, o qual trata dos parcelamentos de débitos que as empresas ou as pessoas físicas têm com o Estado de Santa Catarina. Pede o apoio dos Deputados para a derrubada do veto, pois as pessoas estão esperando por esse ato, e salienta que defenderá quem gera empregos e a economia no Estado.

Fala da importância da rodovia na serra catarinense que não está estadualizada, que faz a ligação entre os Municípios de Palmeira e Correia Pinto, pois entende que trará um grande desenvolvimento para a região com sua pavimentação; bem como da SC-370, entre Rio Rufino e Urubici, ligando o sul do Estado com a serra catarinense; e, também, a serra do Corvo Branco.

Comunica visita feita à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), momento em que fez a reivindicação de passarelas sobre a BR-116, em Correia Pinto e Ponte Alta, para dar segurança aos pedestres que por ali passam. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Informa que deseja falar sobre dois assuntos: o primeiro, relacionado à área da saúde, diz respeito às cirurgias eletivas. Comenta que no Estado de Santa Catarina, nos últimos 12 meses, apenas 60 dias foram utilizados pelos hospitais e profissionais da saúde para realização de cirurgias eletivas. Considera que esse período é muito pequeno, fazendo com que essas estruturas, especialmente as da área filantrópica, que não recebem recursos suficientes do Estado para se manterem, têm apresentado um déficit progressivo. Registra também, que os hospitais que prestam atendimentos a pacientes com Covid-19 gastam em torno de R\$ 3.500,00 por dia em cada leito, sendo que deste valor, apenas R\$ 1.600,00 são recebidos por dia, onde um leito normal de UTI custa em torno de R\$ 800,00 por dia para o SUS.

Conta que os hospitais que não estão credenciados ou habilitados para atender pelo SUS, estão em vantagem em relação aos que atendem, visto que podem realizar algumas cirurgias eletivas, o que não ocorre nos hospitais que atendem pacientes com Covid-19. Informa que soube, extraoficialmente, através da Secretaria de Estado da Saúde, que houve uma publicação nesse sentido, permitindo que as cirurgias que não demandem de anestesia geral, possam ser realizadas com determinado regramento. Acrescenta que não teve acesso ao documento, mas celebra esse avanço, que irá tirar da passividade inúmeras equipes cirúrgicas, que poderão realizar procedimentos. Cita também, que as cirurgias de pequeno e médio porte representam quase 70% das cirurgias, um número considerável. Comunica que solicitou uma audiência sobre esse assunto à Secretaria, porém não obteve resposta, oportunidade em que deseja também tratar sobre assunto de outras situações localizadas e graves, como municípios sem ambulâncias, sem unidade central de saúde em funcionamento, necessitando de auxílio urgente.

Agradece a gentileza do Secretário da Agricultura, Deputado Altair Silva, que percorreu com ele sete municípios que possuem um inimigo em comum: o maruim, uma praga que ataca as criações ao entardecer, bem como os lavradores, impactando também no turismo rural. Informa que os setores da Epagri e pesquisas do Estado desenvolveram um produto que pode ser oferecido no combate à praga, mas deve ser fiscalizado o uso correto. Menciona que a praga surgiu nas plantações de banana do Peru, onde foi decretada emergência fitossanitária nacional, o que demandaria barreiras sanitárias, especialmente no Estado de Santa Catarina, onde a plantação de banana é o principal produto da agricultura, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Relata que, em Corupá, alguns produtores já desejam assumir plantações de café e a prática de piscicultura.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparente) - Agradece e cumprimenta o Deputado Vicente pelo programa de combate a praga que ataca o norte do Estado. Diz que também conversou com Altair Silva, e lamenta que a Secretaria da

Agricultura tenha deixado de fazer esse programa em parceria com os municípios, no qual o produto biológico era adquirido pela secretaria e combatia o danoso inseto. Neste sentido, o secretário afirmou que vai pensar e, inclusive, talvez possa haver recursos da Assembleia Legislativa para dar continuidade ao programa de aquisição do produto que combate o mosquito. *[Taquigrafia: Northon]*

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) – Parabeniza o povo rio-sulense, pois no dia seguinte, a cidade de Rio do Sul completará 90 anos. Expressa o seu orgulho em relação à cidade, comentando brevemente sobre o histórico econômico da cidade, que vem se desenvolvendo progressivamente. Cita que na cidade está localizado um dos maiores polos de confecção do Estado, assim como um setor metalmeccânico digno de orgulho, com empresas de caldeiraria que são referências internacionais, umas das maiores empresas de autopeças do Estado, empresas que são referência no setor de som automotivo e automobilístico. Elogia a diversidade macroeconômica e o comércio dinâmico da região. Conta que, através da construção do Hospital Regional, Rio do Sul transformou-se em um centro de referência de alta complexidade na área da saúde, sendo o primeiro hospital de Santa Catarina a realizar cirurgias cardíacas. Exalta também o centro universitário da região, que abriga mais de 20 faculdades diferentes, expressando seu orgulho pela cidade. Informa que, na administração pública do município, existe a continuidade de projetos de visão de longo prazo, tanto na área do desenvolvimento, urbanismo e educação.

Acrescenta que Rio do Sul é a única cidade que permanece com o programa Creche 12 meses, durante o ano inteiro, fornecendo acesso à creche para toda mulher que trabalha no município. Comenta que no dia da celebração dos 90 anos da cidade, Rio do Sul ganha um novo centro de educação infantil, um dos maiores, construído onde havia um presídio. Relata que hoje, ao invés dos cidadãos cumprirem pena, 350 crianças poderão ser educadas nessa nova creche. Afirma que uma cidade só funciona bem quando existe o dinamismo e a vontade empreendedora do povo, o comprometimento do trabalhador e uma administração pública competente e visionária. Fala, também, que estão ocorrendo obras na cidade, que irão prepará-la para as próximas décadas, como a duplicação da estrada Blumenau. *[Taquigrafia: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0070/2020, 0128/2020, 0268/2020, 0301/2020 e 0489/2019.

Igualmente, comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0224/2020.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 00235/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 3º, 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0255/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca dos problemas existentes na SC-477, referente ao trecho Papanduva/Major Vieira/Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0256/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da obra da Escola de Educação Básica Senador Evelásio Vieira, no bairro Itoupavazinha, em Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0257/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário da Infraestrutura, informações acerca do motivo da interdição da Ponte Pênsil, divisa dos municípios de Timbó e Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0258/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de narrativa feita pela imprensa catarinense de que a referida Secretaria de Estado multou a empresa Veigamed em R\$3,3 milhões pela não entrega dos 200 respiradores pagos antecipadamente em 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0259/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do procedimento licitatório de reforma da Escola de Educação Básica São José, localizada no Município de São Joaquim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0260/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, informações acerca do processo licitatório e o programa finalístico da pasta destinado a aquisição e distribuição do inseticida biológico BTI aos municípios catarinenses.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Moacir Sopelsa, manifestando desejo de subscrever o Pedido de Informação, que foi acatado pelo autor.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0261/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca do noticiado pela imprensa catarinense, de que o Estado ultrapassou o limite de gastos prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estando assim, impedido de receber recursos federais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0262/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca de determinação de que a Secretaria de Estado da Fazenda realizasse estudos para implementar auxílio emergencial aos trabalhadores catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0263/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos cursos profissionalizantes ofertados ao CEDUP de Rio Fortuna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0264/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, informações acerca do andamento do Programa Investe SC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0265/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca das instalações do IGP de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0257/2021, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a empresa Viacredi Alto Vale, por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place to Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0258/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho e à Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, apoio a manutenção da Norma Regulamentadora nº 36.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0259/2021, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando o Desembargador Federal Ricardo do Valle Pereira, pela eleição para Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0260/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Senador Jorginho Mello e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, que não meçam esforços em alterar a Lei nº 9.504/1997, que permite impulsionamento de conteúdos por meio das mídias sociais através de pagamento, bem como alteração da Lei Complementar nº 64/90 que determina desincompatibilização do servidor público em 90 dias antes do pleito para 45 dias.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0261/2021, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando aplauso ao diretor catarinense Luiz Fernando Machado, roteirista Chico Caprário e toda equipe de trabalho, assim como os atores e as atrizes, pela premiação internacional no filme Albertina, como o melhor longa-metragem no Festival de Cinema do Detective Crime Thriller.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0262/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando os policiais militares: Soldado João Felipe Ferreira e Lucas Ferreira Anselmo, pelo ato de bravura realizado em ocorrência no Município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0263/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, apelando ao Presidente do Conselho Diretor da ANATEL, que não meça esforços em cobrar das operadoras de telefonia móvel a instalação de uma antena, na localidade Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0537/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando à Tesoureira da União Nacional dos Estudantes, informações acerca da quantidade de recursos financeiros destinados à campanha "Vida, Pão, Vacina e Educação".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0538/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca do cronograma de ações que serão realizadas pelo Programa Celesc Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0539/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca da cobertura integral do Estado pelo Programa Celesc Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0540/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa VIVO, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0541/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa CLARO, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0542/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa TIM, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0513/2021, 0514/2021, 0515/2021, 0516/2021, 0517/2021, 0518/2021, 0519/2021, 0520/2021, 0521/2021, 0522/2021, 0523/2021, 0524/2021, 0525/2021, 0526/2021 e 0527/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0529/2021, 0530/2021, 0531/2021, 0532/2021, 0533/2021 e 0534/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0535/2021 e 0536/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; e 0543/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0722/2021 e 0727/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0747/2021, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; 0748/2021, 0749/2021, 0750/2021, 0751/2021, 0752/2021, 0753/2021, 0754/2021, 0755/2021, 0756/2021, 0757/2021, 0758/2021, 0759/2021 e 0760/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0761/2021 e 0762/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0763/2021, 0764/2021 e 0765/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 0766/2021, 0767/2021, 0768/2021, 0769/2021, 0770/2021, 0771/2021, 0772/2021, 0773/2021, 0774/2021, 0775/2021 e 0781/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 0776/2021 e 0777/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0778/2021 e 0779/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0780/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0782/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca; 0783/2021, 0784/2021, 0785/2021, 0786/2021, 0787/2021, 0788/2021 e 0789/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0790/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt; 0791/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0792/2021 e 0793/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; e 0794/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Transcrição: Taquígrafa Sara]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) – Comenta a sua luta contra a doutrinação ideológica nos colégios estaduais, onde sempre é rebatido por parte dos alunos e professores que dizem não haver doutrinação.

Apresenta um vídeo em Plenário, o qual mostra um professor universitário aposentado sendo abordado por pichar placas de obra, em uma propriedade privada, com falas contrárias ao Presidente da República. O professor aparece limpando as placas para não ser conduzido à delegacia.

Indaga aos colegas Deputados o que o professor seria capaz de fazer dentro de uma sala de aula, já que se prestou a cometer um crime para expor sua ideologia política. Afirma que estas pessoas não têm compromisso com a verdade ao atacarem o Presidente Bolsonaro desta forma, e questiona a incoerência dos fatos.

Defende os atos do Presidente no combate à pandemia e na compra das vacinas, e mostra-se contrário a CPI da Covid, pois estão querendo investigar somente o Presidente, que deu o suporte necessário aos Estados.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) – Considera um absurdo o ocorrido e reforça que qualquer pessoa que queira deixar uma mensagem, que o faça em sua respectiva residência, e não em patrimônio público ou de terceiros.

Deputado Felipe Estevão (Aparteante) – Comenta estar estarecido em ver o vídeo de um professor universitário pichando um patrimônio de terceiro. Parabeniza a Polícia Militar pela rápida ação em deter o indivíduo.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) – Ressalta que o professor foi abordado por agentes particulares, pois se fosse a Polícia Militar, era capaz de estar respondendo processo por abuso de autoridade. Afirma tais condutas de danos ao patrimônio devem ser impedidas, no mínimo com ressarcimento dos prejuízos. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) – Fala do desafio que foi assumir a Presidência da Comissão de Pesca nesta Casa, e diz que o pescador catarinense sempre foi esquecido pelo poder público. Lembra da dificuldade que foi enfrentar a lei do Estado do Rio Grande do Sul, o qual colocou limites em águas da União para a pesca de tainhas próxima ao litoral gaúcho, e que foi derrubada com muita luta e esforço.

Afirma que enfrenta mais uma adversidade, e lê a Portaria nº 106 da Secretaria da Agricultura e Pesca, a qual estabelece o limite de embarcações, cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha para o ano de 2021. Segue lendo a Portaria e chama a atenção para o pescador que se preparou o ano inteiro para esta temporada, e agora a Portaria limita o número de embarcações.

Ressalta a frustração dos pescadores que investiram recursos para a temporada, e que não poderão arcar com todas as despesas devido à súbita portaria. Questiona os dados apresentados pela Portaria, que prejudicou uma classe inteira por desconhecimento da atividade e da realidade do pescador catarinense, e lembra que a pesca da tainha é artesanal e não predatória.

Apresenta um vídeo em plenário, mostrando várias visitas a colônias de pescadores na ilha, em Florianópolis. Mostra-se favorável à liberação das embarcações, e sente feliz em ser a voz de todos pescadores catarinenses. Solicita ao Governo Federal que reveja essa limitação que lesa e declara a morte da pesca artesanal da tainha. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquigrafa Sara]

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às onze horas e trinta minutos, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Fabiano da Luz, os senhores Deputados Membros da Comissão: Deputado Jessé Lopes, Deputado Moacir Sopelsa e Deputado Dr. Vicente Caropreso. Também esteve presente a Deputada Marlene Fengler substituindo o Deputado Júlio Garcia, conforme ofício nº 007/2021/VMN. O Deputado Nazareno Martins apresentou justificativa de ausência. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 1ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente justificou a ausência da Deputada Ada de Luca, por problemas de saúde. Em atenção à ordem do dia, o senhor Presidente passou à discussão de votação dos seguintes pareceres pendentes de votação: PL.0042.0/2019, de autoria da Deputada Ada Faraco de Luca, que estabelece a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres. O Deputado Jessé Lopes apresentou voto vista divergente da relatora, Deputada Marlene Fengler, propondo a aprovação da matéria nos termos de emenda modificativa; tendo precedência, foi colocado em discussão e votação o parecer favorável da relatora, nos termos do projeto original, que restou aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. PL./0190.0/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que altera a lei complementar nº 422, de

2008, que institui o programa de habitação popular do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, com o fim de priorizar o atendimento à mulher vítima de violência doméstica; o Deputado Jessé Lopes apresentou voto vista propondo a aprovação da matéria nos termos de emenda substitutiva global; tendo precedência o parecer da relatora, Deputada Ada de Luca, pela aprovação da matéria em sua forma original, foi colocado em discussão e votação, que foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. Ato contínuo o senhor Presidente apresentou o PL./0030.7/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que institui, no âmbito estadual, do Programa Tem Saída, destinado ao apoio às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; o parecer da relatora, Deputada Ada de Luca, foi rejeitado por maioria em reunião desta Comissão realizada no dia 15 de dezembro de 2020. O Deputado Jessé Lopes e a Deputada Marlene Fengler apresentaram votos vista e, tendo precedência o voto vista do Deputado Jessé Lopes, pela aprovação com emenda substitutiva global, colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com votos contrários do Deputado Dr. Vicente Caropreso e da Deputada Marlene Fengler.

Em seguida, o senhor Presidente relatou o PL./0521.0/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a exibição de campanha de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher nos eventos realizados ou patrocinados pelo governo do estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Bernadete Sant'Anna, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 25 de março de 2021.

Deputada Ada de Luca

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

— * * * —

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Neodi Saretta, os membros da Comissão de Saúde: Deputado Jair Miotto, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer e a Deputada Ada de Luca. A presente reunião contou com a presença dos seguintes convidados: Dr. Douglas Roberto Martins, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, neste ato representando o Dr. Fernando da Silva Comin, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; Dr. Claudio Valentin Cristani, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão; Dr. André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina; Clenilton Carlos Perreira, Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e Prefeito da Cidade de Araquari; Sisi Blind, Diretora Executiva da Federação Catarinense de Municípios – FECAM; Jailson Lima, Consultor em Saúde da Federação Catarinense de Municípios - FECAM; Jorge Dos Passos Corrêa Cobra, Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina; Ariana Heberle, Membro do Conselho Estadual de Saúde de SC e Diretora de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde; Dr. Giovanni Nascimento, Presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina – FEHOESC; Mario Cezar de Aguiar, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC; Carlos José Kurtz, Diretor Jurídico e Institucional da FIESC; Irmã Neusa Lucio Luiz, Presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina – FEHOSC; Deputada Federal Carmem Zanotto, Relatora Comissão Externa da Câmara de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19; Bruno Breithaupt, Presidente do Sistema Fecomercio SESC/SENAC; Eduardo Porto Ribeiro, 1º Vice-Presidente do CRM-SC, neste ato representando o Dr. Daniel Knabben Ortellado, Presidente do Conselho Regional de Medicina; Luciane Carminatti, Deputada Estadual; Maria Izabel Giroto, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina; Gilberto Antonio Scussiato,

Coordenador da Comissão de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina; Alexandre Cunha dos Santos, Coordenador da Comissão de Legislação do SUS do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina. Ato contínuo senhor Presidente informou a impossibilidade de participação do senhor Nelson Mussolini, Presidente da SINDUSFARMA. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o senhor Presidente, em atenção ao expediente, fez a leitura do Ofício nº KN/027/2021, de autoria do Deputado Estadual Kennedy Nunes, datado de 24 de março do corrente ano, que solicitou a essa Comissão uma reunião entre seus membros para a formação de um comitê que envolvesse o Ministério Público, Secretária de Saúde, Associação de Hospitais, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (COSEMS/SC), Conselho Estadual de Medicina e o Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina. O objetivo é que esse comitê passasse a averiguar todos os atestados de óbitos com Covid-19, desde o início da pandemia (março/2020), e que essa verificação tivesse como ponto principal confirmar se de fato os atestados de óbito com essa patologia (CODID-19) possuem o teste de confirmação positividade à Corona vírus, bem como a verificação do tipo de tratamento utilizado e como e onde foi feito, informações estas que devem constar no prontuário médico de cada paciente. Com a palavra o Deputado Maurício Eskudlark questionou o autor, quanto à impossibilidade de levantar suspeita aos médicos e equipes que estão frente ao combate da pandemia, fazendo um esforço desumano e informou ainda que não vê condições desta Comissão de Saúde fazer esse papel, sugerindo na condição de o autor, montar o comitê e dar prosseguimento conforme solicitado. Com a palavra o senhor Presidente delegou ao Deputado autor do requerimento Kennedy Nunes que de os encaminhamentos necessários, efetuando a reunião e possivelmente averiguando com as entidades a possibilidade de criação desse comitê, com sua própria coordenação que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, senhor Presidente cumprimentou a todos os convidados e iniciou o debate sobre o Desabastecimento de medicações utilizadas no tratamento dos pacientes com COVID-19, que estão sob ventilação mecânica, especialmente sedativos e bloqueadores neuromusculares. O planejamento e cronograma para compra de vacinas para o combate à Covid-19 e o esgotamento de vagas de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, bem como o de ventiladores mecânicos e a manutenção do adequado fornecimento de gases medicinais no Estado de Santa Catarina, que esse desabastecimento envolve risco dos pacientes com insuficiência respiratória aguda hipoxêmica, acarretando problemas nos tratamentos. Ato contínuo, com a palavra o Dr. André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina que cumprimentou a todos os presentes e informou que o planejamento e cronograma de vacinas ainda está em processo de organização. Relatou ainda que a rede hospitalar está recebendo auxílio do Estado quanto à preparação e quantitativos de insumos. No que se refere aos kits de intubação informou que Santa Catarina tem ofertado medicamentos para todo o Estado e os hospitais, sejam das redes municipais ou filantrópicas, estes estão com o abastecimento adequado. Informou ainda que o Estado possui uma calculadora que, pela demanda dos hospitais, sabe informar o quantitativo que cada paciente usa de medicação ao dia. Relatou que existe um número interessante de idosos que estão sendo vacinados ao dia, mas que se faz necessário uma força tarefa para que aumente o plano de contingência, que está sendo finalizado nesta data. Com a palavra a Deputada Federal Carmem Zanotto, Relatora Comissão Externa da Câmara de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19, pronunciou essa ser uma situação complexa e que a soma de todos os esforços são fundamentais nesse momento de pandemia, havendo por parte da indústria uma demanda muito grande quanto à elaboração de vacinas. Com a palavra Alexandre Cunha dos Santos, Coordenador da Comissão de Legislação do SUS do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, discursou sobre a importância da vacinação nesse momento. Com a palavra o Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentou a todos e questionou a mudança de postura do novo Ministro da Saúde, questionou ainda o encaminhamento desta comissão, que em meados do ano passado o governo não conseguiu fazer a sua carta de intenções a empresa Pfizer e perdeu um momento esplêndido para poder prever milhares de vacinas a mais e iniciar

o ano a todo o vapor, como exemplo o que fizeram outros países, gostaria de saber o que faltou, se o governo pouco fez, ou se eles não acreditavam que iria chegar no ponto que chegou. Informou ainda que finalmente temos um ministro que veio a público pedir para que usem máscaras que, existe uma mudança e que pela primeira vez muda a postura, procurando entender qual é a fase. Convidou ainda o Dr. Ademar Presidente da Associação Catarinense de Medicina, para na próxima reunião da Comissão de Saúde, expor o que tem feito em termos de pandemia, é importante que se ouça e reiterou ainda que podem ser ouvidas outras entidades que estão na linha de frente, sendo as pessoas que lutam por todos nós. Com a palavra Jailson Lima, Consultor em Saúde da Federação Catarinense de Municípios – FECAM proferiu que o atual secretário de saúde enviou a FECAM um documento, sendo uma carta pedindo urgência e rigor da fecam para aquisição de insumos, tendo em vista que em Santa Catarina, tivera relato de pacientes na UTI, com as mãos amarradas por falta de relaxante muscular. Neste documento que não é de responsabilidade dos municípios, a responsabilidade efetiva é da Secretaria de Estado da Saúde, a FECAM informou ainda que mantém contato com o Governador e reiterou que é importante seguir o plano de imunização da forma correta, imunizando. Com a palavra a Deputada Ada Faraco de Luca questionou ao Secretário de Estado de Saúde se foi feita a contratação de médicos intensivistas por parte da Secretaria de Estado da Saúde, mediante um planejamento. Com a palavra a Deputada Paulinha questionou ao Secretário se será necessário empenhar esforço financeiro por parte dos Municípios para a aquisição de vacinas ou se o Estado de comprometerá. Com a palavra, Eduardo Porto Ribeiro, 1º Vice-Presidente do CRM-SC relatou a situação crítica, informou ainda que o mapa epidemiológico é fundamental para se prevenir quanto a falta de insumos, divulgou ainda a necessidade de criação de centros de triagem para avaliação, iniciativa essa que foi apoiada como pré-UTI, onde contenha equipes treinadas. Com a palavra a Deputada Luciane Carminatti discursou sobre os mais de trezentos mil mortos estes retratos de má gestão, existindo problemas com o negacionismo, sendo que em determinados momentos são necessárias medidas mais drásticas. Questionou o Secretário que por se tratar de saúde, se a Secretaria do Estado de Saúde prevê a falta de insumos com os hospitais que estão dentro da rede e se, a Secretaria monitora o perfil, o contágio e os óbitos a partir dos Municípios, para que dessa forma se possa focar onde mais ocorrem. Com a palavra Mario Cezar de Aguiar, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC relatou o envolvimento da Federação no combate à pandemia, informou que a FIESC, serviu de apoio na elaboração de álcool gel, concerto de respiradores e que estão em campanhas para adquirir cilindros que estão faltando no momento. Reiterou ainda que o momento é específico na aquisição de vacinas e que existe uma Medida Provisória para que as unidades privadas consigam adquirir e vacinar. Ato contínuo senhor Bruno Breithaupt, Presidente do Sistema Fecomercio SESC/SENAC, informou que participaram de várias ações e protocolos de combate sempre se colocando a disposição para prestar auxílios. Com a palavra Dr. Douglas Roberto Martins, Promotor de Justiça, do Ministério Público de Santa Catarina, relatou sobre a disponibilidade do Kit de intubação que houvera uma Ação Civil Pública na qual foi solicitado ao Estado um plano que apresente. Informou ainda que sem a redução da demanda, fica difícil dar um bom atendimento aos pacientes que necessitam e, informou ainda que em relação à vacinação a preocupação é com a quantidade de pessoas vacinadas, que garantindo a imunização o mais rápido possível trata-se da melhor forma de combater. Reiterou que o Ministério Público cumpre a sua função de fiscalização das normas públicas e se coloca a disposição para o que precisar. Com a palavra Irmã Neusa Lucio Luiz, Presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina – FEHOSC, informou que não estava planejado a quantidade de pacientes graves que chegavam aos hospitais, acabando dessa forma, com todos os planejamentos. Reiterou que estão com uma tentativa junto com a AHESC/FEHOESC, para a aquisição de medicação. Com a palavra o Dr. Claudio Valentin Cristani, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, agradeceu o convite e informou que o Ministério Público Federal, tem uma câmara em Brasília, na qual são discutidas todas essas questões. Reiterou ainda estar inconformado com a fila de UTI e com o conformismo de que a única solução é aguardar essa fila diminuir, lembrando que vacinação é a nossa esperança. Com a palavra Dr.

Giovani Nascimento, Presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina – FEHOESC, reiterou que todos os órgãos tem feito a sua parte, porém a população persiste em não entender o período delicado que estamos passando, reiterando que precisamos de muito cuidado e prevenção. Com a palavra o senhor Presidente reitera que alguns exemplos de autoridades políticas levam a níveis elevados de mortes. Com a palavra o Dr. André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, relatou que a responsabilidade desse momento não é somente do Estado, vez que os Municípios têm sua capacidade no plano de gestão. Informou ainda que Santa Catarina, apesar das dificuldades, tem a menor taxa de mortalidade do país. Reiterou que deste março de dois mil e vinte a Secretaria de Estado de Saúde, tem treinado profissionais para atendimentos de frente da demanda na qual estamos vivenciando hoje e que nas ultimas semanas Santa Catarina teve uma redução de trinta por cento nos casos de coronavirus. Ato contínuo, falou que o planejamento da Secretaria de Estado da Saúde está disponibilizado no site oficial, bem como informou que encaminhará esse planejamento na íntegra a essa Comissão. Ato contínuo, senhor Secretario informou ainda que ninguém estava preparado para tudo o que está acontecendo e que nesse momento só existe um intuito, sendo trabalho conjunto de todos os setores e, quanto a vacinação é necessário aumentar a velocidade, estando preparado para vacinar de forma mais rápida. Com a palavra Ariana Heberle, Membro do Conselho Estadual de Saúde de SC e Diretora de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde, informou que em Santa Catarina é feita uma coleta de dados que servem de base para o Ministério de Saúde. Informou ainda que o Ministério de Saúde está buscando meios mais fáceis e ágeis de conseguir importações. Informou também que buscam constantemente o incentivo para o uso de medicamentos de forma racional vez que é importante o repasse de informações corretas para o banco de dados. Reiterou que a oferta de insumos não cobre a demanda. Com a palavra o senhor Presidente apelou a todas as entidades envolvidas para que possamos seguir com todo o trabalho e reiterou que a Comissão de Saúde estará sempre trabalhando para o melhor. Ato contínuo agradeceu todos os convidados e autoridades presentes, bem como os membros dessa Comissão e encerrou a reunião da qual eu, Carlos Vinicius Duering, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Reunião e publicada no Diário da Assembleia.

Coordenadoria das Comissões, 30 de março de 2021.

Deputado Neodi Saretta

Presidente da Comissão de Saúde

— * * * —

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às treze horas e quinze minutos, em cumprimento ao artigo 125, parágrafo 1º, do Regimento Interno, de acordo com o Ato da Presidência nº 020-DL, de 31 de março de 2021, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Neodi Saretta, os senhores Deputados Membros da Comissão: Deputada Marlene Fengler, Deputado Sérgio Motta, Deputado Jair Miotto, Deputado Fernando Krelling, Deputado Felipe Estevão e Deputada Dirce Heiderscheidt. Foram abertos os trabalhos de instalação da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente às 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 19ª Legislatura. Ato contínuo foi aberta a inscrição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, sendo apresentada a indicação da Deputada Marlene Fengler, para Presidente, e do Deputado Sérgio Motta, para Vice-Presidente. Após a votação, o senhor Deputado Neodi Saretta os declarou eleitos por unanimidade. Ato contínuo passou a condução dos trabalhos à Deputada Marlene Fengler, agora Presidente eleita, que agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência e destacou que um dos importantes papéis da Comissão, em parceria com outras instituições e com o Governo do Estado, será o de fiscalização, levantando informações sobre a violência contra a criança e o adolescente durante o período de pandemia, que está subnotificada. Ainda, salientou que a partir destas informações,

podem ser criadas e fortalecidas políticas públicas de proteção da criança e do adolescente. Com a palavra o Deputado Sérgio Motta informou sobre o trabalho de combate ao trabalho infantil, realizado pela Comissão enquanto a presidiu, nos dois anos anteriores, e se colocou à disposição para a continuidade dos trabalhos. Em seguida, o Deputado Felipe Estevão ressaltou que a importância do cuidado com as crianças e adolescentes está além de questões políticas, é uma questão humanitária, reforçando que os dados apontam um aumento da violência contra este grupo durante a pandemia. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente, membros e, posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Marlene Fengler – Presidente

Deputado Sérgio Motta - Vice-Presidente

Deputada Dirce Heiderscheidt - Membro

Deputado Felipe Estevão - Membro

Deputado Fernando Krelling - Membro

Deputado Neodi Saretta - Membro

Deputado Jair Miotto – Membro

* * *

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputada Paulinha, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Maurício Eskudlark e Deputado João Amin. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado João Amin que relatou as seguintes matérias: **PL./0336.0/2020**, de autoria do **Deputado José Milton Scheffer**, que “Dispõe sobre a estadualização da Rodovia municipal PGR-443, no Município de Pedras Grandes, e adota outras providências.”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que colha manifestação da Procuradoria Geral do Estado - PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0291.4/2020**, de autoria do **Deputado Bruno Souza**, que “Altera a Lei nº 6.320, de 1983, para estabelecer medidas de regularização sanitária de alimentos e adota outras providências.”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado - PGE, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; **PL./0055.5/2021**, de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Dispõe sobre a instalação de recifes artificiais na costa litorânea catarinense.”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA e da Procuradoria Geral do Estado - PGE que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0016.9/2021**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Cria o Programa de Infraestrutura Pesqueira no Estado de Santa Catarina, denominado "Inova Pesca SC" e adota outras providências.”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, a Secretaria do Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi cedida a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que relatou as seguintes matérias: **MSV/00520/2020**, de autoria do **Governo do Estado**, que dispõe sobre o “Veto parcial ao PLC/030/19, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 453, de 2009, que institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e estabelece outras providências”. Apresentou parecer pela manutenção do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **MSV/00618/2021**, de autoria do **Governo do Estado**, que dispõe sobre o “Veto Parcial ao PL/294/20, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina’, para o fim de instituir a Semana Estadual

do Rádio de Santa Catarina". Exarou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **MSV/00619/2021**, de autoria do **Governo do Estado**, que dispõe sobre o "Veto Parcial ao PL/037/17, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que "Acrescenta o art. 2º-A a Lei nº 13.516, de 2005, que 'Dispõe sobre a exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado, por empresas concessionárias de serviço público, por empresas privadas ou por particulares, e estabelece outras providências', para assegurar o direito de permanência das edificações consolidadas e possibilitar a redução, por lei municipal, da faixa não edificável.". Exarou parecer pela manutenção do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0060.2/2021**, de autoria do **Deputado Felipe Estevão**, que "Dispõe sobre a criação do programa "Escola Inclusiva" que visa incluir um professor de apoio especializado para aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista em âmbito estadual.". Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Educação por meio da Secretaria da Casa Civil, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; **PL./0078.1/2021**, de autoria do **Deputado Ricardo Alba**, que "Dispõe sobre o registro da data da contratação do serviço nas faturas de prestação dos serviços de fornecimento de água e energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.". Apresentou requerimento de diligência por meio da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado - PGE, a CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina, a CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado Coronel Mocellin que relatou as seguintes matérias: **MSV/00600/2021**, de autoria do **Governo do Estado**, que dispõe sobre o "Veto Total ao PL/159/19, de autoria dos Deputados Marcius Machado e Sargento Lima, que "Adiciona o § 9º ao art. 23 da Lei nº 16.673, de 2015, que dispõe sobre a criação da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências.". Exarou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **MPV/00235/2021**, de autoria do **Governo do Estado**, que "Altera os arts. 3º 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.". Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0302.1/2020**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que "Altera a Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", com o fim de estabelecer atendimento prioritário à pessoa com deficiência para a atualização de laudos médicos, no âmbito dos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, credenciados ao Sistema Único de Saúde (SUS)". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0021.6/2019**, de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que "Cria o Parque Estadual da Praia de Taquarinhas, no Município de Balneário Camboriú e adota outras providências.". Apresentou parecer pela aprovação da matéria nos termos das emendas supressiva, modificativa e aditiva, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete a Deputada Paulinha e ao Deputado João Amin. Em seguida o Deputado Valdir Cobalchini que relatou as seguintes matérias: **PL./0304.3/2020**, de autoria do **Deputado Fernando Krelling**, que "Acrescenta o parágrafo único ao art. 67 da Lei Complementar nº 170, de 1998, que "Dispõe sobre o sistema estadual de educação", para obrigar a construção de quadras poliesportivas com cobertura e vestiários em novos projetos de construção de unidades escolares da rede pública estadual de ensino.". Exarou parecer favorável na forma da emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0079.2/2021**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que "Institui a Política Estadual de Incentivo ao Terceiro Setor e adota outras providências.". Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que colha manifestação da Procuradoria Geral do Estado - PGE, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SDS, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, da Secretaria do Estado e da Administração - SEA, e do Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina - COFEM que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; **PL./0087.2/2021**, de autoria do **Deputado Sergio Motta**, que "Estabelece prioridade para vacinação contra o vírus Sars-CoV-2 no Estado de Santa Catarina.". Exarou parecer pela aprovação que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao Deputado Maurício Eskudlark; **PL./0040.9/2021**, de autoria do

Deputado Felipe Estevão, que “Acrescenta art. à Lei nº 17.066, de 2017, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicar e manter atualizada, em página própria da internet, a relação das pessoas que se submeteram à vacinação contra o Covid-19.”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Milton Hobbus; **OF./0018.7/2018**, de autoria da **Secretaria de Estado da Infra-Estrutura**, que “Solicita esclarecimento quanto à denominação do trecho da Rodovia SC-390, entre Capão Alto e Campo Belo do Sul.”. Exarou parecer pela correção do nome do trecho da Rodovia para “Rodovia Padre Edilson José de Souza”, apresentando um Projeto de Lei para tal alteração, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra a Deputada Paulinha que relatou as seguintes matérias: **Devolução de vista PL./0051.1/2021**, de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Impede no Estado de Santa Catarina a decretação de fechamento de estabelecimentos comerciais por decorrência da pandemia de Covid-19 sem reunião prévia com representantes dos empregadores e empregados.”. Apresentou voto vista pela aprovação da matéria com emenda supressiva. Tendo precedência o voto do relator, Deputado Coronel Mocellin, o qual é pela aprovação da matéria em sua forma original, foi este posto em discussão e votação, sendo aprovado por maioria, com voto contrário da Deputada Paulinha; **PL./0032.9/2020**, de autoria do **Deputado Bruno Souza**, que “Regulamenta o art. 16 da Constituição Estadual com relação à aquisição e aluguel de bens pela Administração Pública.”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria, com voto contrário do Deputado João Amin. Dada a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, que relatou as seguintes matérias: **PL./0503.8/2019**, de autoria do **Deputado Coronel Mocellin**, que “Dispõe sobre o dever de retirada, pelo proprietário, dos bens móveis por ele entregues aos prestadores de serviços de assistência técnica.”. Exarou parecer favorável nos termos da emenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria, com voto contrário do Deputado João Amin; **PL./0066.8/2021**, de autoria do **Deputado João Amin**, que “Dispõe sobre a criação da Delegacia de Defesa Contra Maus-Tratos a Animais Domésticos, no âmbito do Estado de Santa Catarina.”. Apresentou requerimento de diligência por meio da Secretaria da Casa Civil, à Polícia Civil, bem como, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0253.9/2020**, de autoria do **Deputado Coronel Mocellin**, que “Institui a Indenização de Enfrentamento a COVID-19 - IECOV-19, aos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina potencialmente expostos a COVID-19 e adota outras providências.”. Exarou parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria; com voto contrário do Deputado Coronel Mocellin; **PL./0086.1/2021**, de autoria do **Deputado Sergio Motta**, que “Dispõe sobre a disponibilização de lentes de aumento (lupas) pelos estabelecimentos que especifica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil e por meio desta, à Procuradoria Geral do Estado - PGE, à Secretaria de Estado da fazenda - SEF, à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Santa Catarina - FCDL, à Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC, à Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina - FECOMERCIO e a Associação Catarinense de Supermercados – ACATS. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa que relatou as seguintes matérias: **PL./0084.0/2021**, de autoria do **Governo do Estado**, que “Altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 16.644, de 2015, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joaçaba.”. Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0020.5/2021**, de autoria do **Governo do Estado**, que “Denomina “Al Cb PM Rafael Biazus Massoco” o 2º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental, com sede no Município de Joaçaba.”. Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foi, então, concedido à palavra ao Deputado José Milton Scheffer que relatou as seguintes matérias: **PL./0088.3/2021**, de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Dispensa, temporariamente, os prestadores de serviços de saúde que mantenham contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Estado de Santa Catarina, da apresentação de quaisquer Certidões Negativas de Débitos (CNDs) ou Certidões Positivas, com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND).”. Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos

demaís membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias pendentes de deliberação: **PL./0152.5/2020**, de autoria do **Deputado Paulo Roberto Eccel**, que “Dispõe sobre a criação do Programa Vale Gás no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.”. Posto em votação o parecer favorável exarado pelo relator Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por unanimidade; **PL./0180.9/2019**, de autoria do **Deputado Bruno Souza**, que “Define critérios para a concessão de honrarias, comendas, condecorações e homenagens congêneres no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina.”. Posto em votação o parecer pela aprovação com emenda substitutiva global, exarado pelo relator Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por unanimidade; **PL./0215.3/2019**, de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Veda a cobrança da taxa de religação de energia elétrica e água. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0035.1/2020.”. Posto em votação o parecer pela inadmissibilidade exarado pelo relator, Deputado Fabiano da Luz, foi aprovado por unanimidade; **PL./0414.8/2019**, de autoria do **Deputado Jessé Lopes**, que “Autoriza o Poder Executivo de Santa Catarina alienar, por venda, imóveis no Município de Florianópolis.”. Posto em votação o parecer pela inadmissibilidade da matéria, exarado pela relatora Deputada Paulinha, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 13 de abril de 2021.

Deputado Milton Hobus

Presidente da Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 025-DL, de 2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Nilso Berlanda para ausentar-se do País, no período de 27 a 29 de abril do corrente ano, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de abril de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ERRATA

ERRATA À CAPA DO DIÁRIO DA ASSEMBLEIA Nº 7.835, DE 23/04/2021

Onde se lê: 29 PÁGINAS

Leia-se: 30 PÁGINAS

Coordenadoria de Publicação

LEI

LEI Nº 18.103, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Altera os arts. 3º, 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que “Estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição do Estado, adotou a Medida Provisória nº 233, de 23 de dezembro de 2020, e, nos termos do disposto no § 8º do art. 318 do Regimento Interno, eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 18.007, de 29 de setembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam fixados, no âmbito das unidades hospitalares e assistenciais sob gestão própria do Estado ou de organizações sociais, bem como da Central de Regulação de Internações Hospitalares, os valores da RPM devida aos servidores de que trata o art. 6º da Lei nº 16.160, de 2013, relativos ao período de apuração de 1º de julho de 2020 a 31 de março de 2021, conforme segue:

.....” (NR)

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 18.007, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O valor da Retribuição por Gestão Hospitalar (RGH) de que trata o art. 13 da Lei nº 16.160, de 2013, fica fixado em 75% (setenta e cinco por cento) dos valores máximos previstos nos Anexos I e II da referida Lei, relativo ao período de apuração de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021.” (NR)

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 18.007, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Esta Lei entra em vigor em 1º de junho de 2020, com prazo de vigência até 31 de março de 2021.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de abril de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1029, de 23 de abril de 2021.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 24, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1214/2020, de 27 de novembro de 2020, que constituiu Comissão de Sindicância Acusatória, a contar de 03 de abril de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

— * * * —

PORTARIA Nº 1030, de 23 de abril de 2021.

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **DANIEL DOMINGOS DE SOUZA**, matrícula nº 6323, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **EDUARDO LANGE FONTES**, matrícula nº 7345, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 26 de abril de 2021 (DTI - COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENCAO).

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

— * * * —

PORTARIA Nº 1031, de 23 de abril de 2021.

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente - Suporte e Manutenção, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **DANIEL DOMINGOS DE SOUZA**, matrícula nº 6323, que se encontra substituindo o Coordenador de Suporte e Manutenção, a contar de 26 de abril de 2021 (DTI - CSM - GERENCIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

— * * * —

PORTARIA Nº 1032, de 26 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DALTON SOARES MENESES**, matrícula nº 6748, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2021 (LIDERANÇA DO PP).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

— * * * —

PORTARIA Nº 1033, de 26 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **JULIO CESAR SGROTT**, matrícula nº 5240, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-80 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2021 (GAB DEP JEAN KUHLMANN).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

— * * * —

PORTARIA Nº 1034, de 26 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR RONALDO LORENCO DA ROSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARCOS VIEIRA – HERVAL D'OESTE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

— * * * —

PORTARIA Nº 1035, de 26 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR EDUARDO TARZAN TASCA CAMPOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MILTON HOBUS – SÃO JOAQUIM).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

— * * * —

PORTARIA Nº 1036, de 26 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **FRANCIELE DEBORA MAIA VIEIRA**, matrícula nº 7563, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2021 (GAB DEP SERGIO MOTTA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

— * * * —